



CÓD: OP-074FV-23
7908403533039

TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

450 questões gabaritadas- GABARITANDO

CADERNO DE QUESTÕES

Caderno de Questões

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Penal	43
3. Direito Processual Penal	55
4. Direito Processual Civil.....	63
5. Direito Constitucional	83
6. Direito Administrativo.....	101
7. Matemática.....	113
8. Informática.....	127
9. Raciocínio Lógico	139

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. VUNESP - Aux (Pref Cananéia)/Pref Cananéia/Serviços Gerais/2020

Assunto: Artigo



Para responder à questão, assinale, em cada questão, a alternativa que completa corretamente a fala do personagem dos quadrinhos.

(O melhor de Hagar, o horrível. Dik Browne. Adaptado)

- (A) um
- (B) uns
- (C) uma
- (D) umas

2. VUNESP - Aux (Pref Cananéia)/Pref Cananéia/Serviços Gerais/2020

Assunto: Artigo



Para responder à questão, assinale, em cada questão, a alternativa que completa corretamente a fala do personagem dos quadrinhos.

(Peanuts – Felicidade. Charles M. Schulz. Adaptado)

- (A) O
- (B) Os
- (C) A
- (D) As

3. VUNESP - AsAdm (Pref Jundiáí)/Pref Jundiáí/2022

Assunto: Substantivo

Leia o texto para responder à questão.

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na **formulação de opiniões**. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba. (...) Tenho encontrado defensores e detratores apaixonados da obra do recifense [Paulo Freire]. Encontro bem menos leitores. Lanço o desafio cheio de esperança no centenário dele: antes de defender ou atacar Paulo Freire, leia dois livros dele ao menos. Depois de ler e examinar a obra, (...) emita sua sagrada opinião, agora com certo embasamento. Educação é algo muito sério. Paulo Freire encarou o gravíssimo drama do analfabetismo. Hoje vivemos outro tipo de drama: pessoas que possuem a capacidade de ler e se recusam a fazê-lo.

(Leandro Karnal. O desafio. Jomal O Estado de São Paulo, set.2021. Adaptado)

Assinale a alternativa cujo termo em destaque forma o plural em —ões, assim como no termo em destaque do trecho — ...formulação de opiniões.

- (A) É preciso manifestar o desejo de ser doador de **órgão**.
 (B) A Constituição garante o direito do **cidadão**.
 (C) O carnaval tem sido aguardado pelo **folião**.
 (D) É preciso saber partilhar o **pão**.
 (E) Nem sempre o nosso **irmão** é de sangue.

4. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2021
 Assunto: Substantivo

Leia o texto para responder à questão abaixo.

O **Dia Nacional de Combate ao Fumo** (29 de agosto) foi criado em 1986, com o objetivo de reforçar as ações nacionais de conscientização sobre os danos sociais, de saúde, econômicos e ambientais causados pelo tabaco.

A campanha promovida pelo Inca (Instituto Nacional de Câncer) este ano chama-se *Comprometa-se a parar de fumar*. O instituto lembra que o tabagismo é um fator de risco importante para a Covid-19, por isso parar de fumar se torna uma medida de proteção à saúde de todos os cidadãos.

Peças criadas para redes sociais com a frase "**Cringe mesmo é fumar**" fazem parte da campanha. Os materiais desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde, destacam a importância de proteger a saúde de crianças, jovens e adolescentes, que são alvo de estratégias de venda para que possam se tornar um mercado repositivo de novos consumidores, já que o consumo de tabaco mata mais da metade de seus usuários.

Vale lembrar que os cigarros eletrônicos, ou pods, não são opções mais saudáveis ao cigarro tradicional. No Brasil, a comercialização desses dispositivos é proibida, já que não foi autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Muitos países que liberaram sua venda estão revendo as suas posições depois de novas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

(<https://doutorjairo.uol.com.br>)

Cringe: Para os integrantes da geração Z, é um adjetivo usado para classificar pessoas que fazem coisas fora de moda, ultrapassadas, cafonas mesmo. Eles também costumam classificar atitudes ou objetos. Nesse caso, ela é usada como sinônimo de vergonha alheia.

(<https://g1.globo.com>)

Nas passagens – proteção à saúde de todos os cidadãos (2º parágrafo) – e – proteger a saúde de crianças, jovens e adolescentes (3º parágrafo) –, o substantivo "cidadão" faz o plural com "ãos", e o substantivo feminino "crianças" refere-se tanto ao sexo masculino quanto ao feminino. Substantivos com essas mesmas propriedades gramaticais, empregados em sua forma singular, estão destacados, correta e respectivamente, em:

- (A) O **tabelião** confundiu-se na hora de assinar o contrato, e pediu desculpas ao **agente** que esperava o documento para conferir.
 (B) Durante a missa, o padre pediu a **atenção** a todos os presentes e orientou aos fiéis para que fossem bons com toda **pessoa**.
 (C) O **patrão** chegou alterado na empresa, tinha sido informado de que um **assaltante** estava rondando aquela região.
 (D) Na sessão de terapia, o rapaz parecia fazer uma **confissão** ao referir-se à forma como tratava sua colega de trabalho.
 (E) Quando saiu da igreja, o **sacristão** ficou aterrorizado com o acidente e preocupado para saber se houve alguma **vítima**.

5. VUNESP - Ag (Pref Sorocaba)/Pref Sorocaba/Vigilância Sanitária I/2022
 Assunto: Adjetivo

Coisas são só coisas

Uma das criadoras do movimento Simplicidade Voluntária, Vicki Robin, critica rigorosamente o consumismo desenfreado e afirma: "Estamos vivendo a doença do muito." **Quem tem suas necessidades básicas asseguradas^(a)** e pode consumir além do que precisa é o que mais sofre dessa doença.

Segundo Vicki, nos países mais ricos, as pessoas com acesso ao consumo estão viciadas no excesso. Vão comprando. E vão acumulando. Num dia é um travesseiro; no outro, **o sapato que vai sair uma única vez do armário.^(b)**

Surgem depois a roupa de marca, o azeite importado, o carro do ano, o eletrodoméstico mais moderno – e mais um armário na casa para acomodar o que se compra.

O que leva muita gente a consumir é a falta de contato com as próprias coisas. A pessoa se esquece do que tem e, com a sensação de não ter, acaba comprando mais. Estímulos não faltam: **nunca houve tanta oferta e tanta facilidade para pagar.^(c)**

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. VUNESP - Adm Jud (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Falsificação de Papéis Públicos (art. 293 do CP)

Tirso de Arruda é servidor público e nas horas de folga auxilia seu irmão, Tássio, em uma pequena gráfica, sem qualquer remuneração. Aproveitando-se dos materiais ali existentes, imprimiu dez passes de transporte público municipal, para usar nos deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa. Ao agir dessa forma, Tirso cometeu o crime

- (A) de falsificação de papéis públicos.
- (B) de falsificação de selo ou sinal público.
- (C) de falsificação de documento público.
- (D) assimilado ao de moeda falsa.
- (E) de emissão de título ao portador sem permissão legal.

2. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Com relação à punição para o falsificador de documentos, é correto afirmar:

- (A) é mais severa a pena para a falsificação de documentos públicos por se tratar de ato atentatório à fé pública e potencialmente mais danoso.
- (B) independentemente da natureza dos documentos, a violação da verdade terá punição equitativa em decorrência da quebra de segurança das relações dos cidadãos.
- (C) independentemente de se tratar de falsidade grosseira, há potencialidade lesiva e, portanto, é igualmente punível.
- (D) é punido mais severamente o falsificador de documento formal e substancialmente público do que o falsificador de documento formalmente público e substancialmente privado.

3. VUNESP - APrev (PERUÍBEPREV)/PERUÍBEPREV/Benefícios/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Constitui crime contra a Previdência

- (A) inserir ou fazer inserir, em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) deixar de recolher as contribuições previdenciárias durante licença sem vencimentos.
- (C) negar publicidade acerca de informação pessoal de beneficiário, constante de processo administrativo previdenciário.
- (D) divulgar dados relativos aos valores pagos aos beneficiários de regime de previdência.
- (E) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

4. VUNESP - PJ (CM Pindorama)/CM Pindorama/2020

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, as ações de sociedade comercial e o testamento particular configura o crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsidade material de atestado ou certidão.
- (E) falsificação do selo ou sinal público.

5. VUNESP - IFR (Pref GRU)/Pref GRU/2019

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Assinale a alternativa correta, no que tange às penas, e conseqüentemente ao desvalor, das figuras típicas dos arts. 297, 298 e 299 do CP.

- (A) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*).

(B) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).

(C) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento particular (CP, art. 299, *caput*).

(D) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).

(E) Não se pune a falsidade ideológica de documento particular, por ausência de expressa previsão legal.

6. VUNESP - AFT (Pref Vz. Pta.)/Pref V Paulista/2021
Assunto: Falsificação de Documento Particular (art. 298 do CP)

Para fins penais, a falsificação de cartão de crédito ou de débito

(A) é punida com a pena do crime de falsidade ideológica.

(B) é punida com a pena do crime de falsidade de documento público.

(C) é punida com a pena do crime de falsidade de documento particular.

(D) é punida com a pena do crime de petrechos de falsificação.

(E) não tem expressa previsão legal e será punida, apenas, se houver efetivo prejuízo para a vítima.

7. VUNESP - Proc JM (Guarujá)/Pref Guarujá/2021
Assunto: Falsidade Ideológica (art. 299 do CP)

Os crimes cujas sanções são aumentadas por terem sido cometidos, respectivamente, com o fim de lucro e por funcionário público que comete o crime prevalecendo-se do cargo são:

(A) uso de documento falso; supressão de documento.

(B) falsidade de atestado médico; falsidade ideológica.

(C) falsificação de papéis públicos; fraudes em certames de interesse público.

(D) petrechos de falsificação; reprodução ou alteração de selo ou peça filatélica.

(E) falso reconhecimento de firma ou letra; falsidade material de atestado ou certidão.

8. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2021
Assunto: Falsidade Ideológica (art. 299 do CP)

O proprietário do veículo que indica falsamente outra pessoa como condutora do veículo no momento da infração de trânsito em formulário (notificação de multa) da autoridade de trânsito, em tese, pratica o crime de:

(A) Falsidade ideológica.

(B) Falsificação de documento particular.

(C) Falsificação de documento público.

(D) Uso de documento falso.

(E) Falsa identidade.

9. VUNESP - NeR (TJ AL)/TJ AL/Remoção/2019
Assunto: Falsidade Ideológica (art. 299 do CP)

A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura

(A) crime de favorecimento pessoal.

(B) crime de sonegação de documento.

(C) crime de falsidade ideológica.

(D) crime de falsidade material.

10. VUNESP - Fisc Trib (Osasco)/Pref Osasco/2019
Assunto: Falso Reconhecimento de Firma ou Letra (art. 300 do CP)

A respeito dos crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Aquele que suprimir sinal legítimo indicativo de inutilização em papel público, com o fim de torná-lo novamente utilizável, incorrerá nas mesmas penas previstas para o crime de falsificação de papéis públicos (art. 293, "*caput*", do CP).

(B) Aquele que restitui à circulação papéis públicos falsificados ou alterados, ainda que culposamente, incorrerá nas mesmas penas previstas para o crime de falsificação de papéis públicos (art. 293, "*caput*", do CP).

(C) O crime de falsificação de documento público (art. 297, do CP) é próprio de funcionário público.

(D) O crime de falsidade ideológica (art. 299, do CP), se praticado em documento público, é próprio de funcionário público.

(E) Os crimes de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300, do CP) e de certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, do CP) são próprios de funcionários públicos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2022
Assunto: Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

O juiz se declarará impedido se

(A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(B) tiver aconselhado qualquer das partes.

(C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

(D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

2. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2021
Assunto: Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

(A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.

(B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.

(C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.

(D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.

(E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

3. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2018
Assunto: Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

A respeito das causas de impedimento e suspeição do juiz, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Ainda que dissolvido o casamento, sem descendentes, que ensejava impedimento ou suspeição, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

(B) O juiz será impedido se for credor ou devedor de qualquer das partes.

(C) A suspeição poderá ser reconhecida ou declarada ainda que a parte injurie, de propósito, o juiz.

(D) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se já tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a questão.

(E) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juizes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.

4. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2018
Assunto: Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

(A) for amigo íntimo de qualquer das partes.

(B) tiver aconselhado qualquer das partes.

(C) for sócio de sociedade interessada no processo.

(D) for credor de qualquer das partes.

(E) tiver funcionado seu cônjuge como defensor.

5. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2018

Assunto: Do Acusado e seu Defensor (arts. 259 a 267 do CPP)

A respeito do acusado e do defensor, é correto afirmar que

- (A) se o defensor constituído pelo acusado não puder comparecer à audiência, por motivo justificado, provado até a abertura da audiência, nomear-se-á defensor dativo, para a realização do ato, que não será adiado.
- (B) o acusado, ainda que tenha habilitação, não poderá a si mesmo defender, sendo-lhe nomeado defensor, pelo juiz, caso não o tenha.
- (C) o acusado, ainda que possua defensor nomeado pelo Juiz, poderá, a todo tempo, nomear outro, de sua confiança.
- (D) o acusado ausente não poderá ser processado sem defensor. Já o foragido, existindo sentença condenatória, ainda que não transitada em julgado, sim.
- (E) a constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que a nomeação se der por ocasião do interrogatório.

6. VUNESP - Escr (PC BA)/PC BA/2018

Assunto: Do Acusado e seu Defensor (arts. 259 a 267 do CPP)

Em relação ao acusado e seu defensor, é correto afirmar que

- (A) se não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado um pelo juiz. Porém, o acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- (B) a constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, mesmo se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- (C) o defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente ao juiz, sob pena de multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- (D) a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos suspenderá a ação penal.
- (E) se for nomeado defensor dativo ao acusado, este deverá seguir no processo até o final, não podendo ser constituído novo defensor.

7. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Da Comunicação dos Atos Processuais (arts. 351 a 372 do CPP)

Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) não se admitirá a intimação por despacho na petição em que for requerida.
- (B) adiada, por qualquer motivo, a instrução criminal, o juiz marcará desde logo, dia e hora para seu prosseguimento, intimando-se as partes por edital.
- (C) verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.
- (D) verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.
- (E) quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante edital.

8. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2021

Assunto: Da Comunicação dos Atos Processuais (arts. 351 a 372 do CPP)

A respeito da citação e intimação do acusado, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de suspeita de ocultação do réu, para se furtar a citação, certificada pelo oficial de justiça, o Juiz determinará a citação, por edital.
- (B) Intimado pessoalmente para qualquer ato, o não comparecimento do réu implicará a suspensão do processo e do prazo prescricional, podendo o Juiz decretar-lhe a prisão preventiva.
- (C) Citado por hora certa, o não comparecimento do réu implicará a suspensão do processo e do prazo prescricional, podendo o Juiz decretar-lhe a prisão preventiva.
- (D) São previstas a citação pessoal, por hora certa, por edital, por requisição, na hipótese de réu militar e via postal, na hipótese de réu preso.
- (E) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar conhecido, a citação dar-se-á por carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até o efetivo cumprimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2021
Assunto: Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 144 a 148)

Mariana estava voltando para casa com um carro dirigido por um motorista de aplicativo. No trajeto para casa, o carro capotou em uma curva e, como consequência, Mariana ficou internada por três semanas experimentando diversos gastos médicos. Buscando ressarcir seus gastos, Mariana propõe ação de indenização por danos materiais em face de Cleber, o motorista, alegando que ele foi imprudente e estava trafegando acima da velocidade permitida na via. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena, cujo Chefe de Secretaria era amigo íntimo de Cleber. No momento de produção de provas, o juiz nomeou perito para averiguar se Cleber estava trafegando ou não acima da velocidade permitida na via. Cleber nomeou assistente técnico para auxiliar na perícia. O assistente técnico, no entanto, era proprietário do imóvel que Mariana locava e autor da ação de despejo que estava em fase de recurso perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena.

Diante da situação hipotética, Mariana poderá alegar que, em relação do processo de indenização,

- (A) o chefe de Secretaria é impedido.
- (B) o assistente técnico é impedido.
- (C) tanto o chefe de Secretaria como o assistente técnico são suspeitos.
- (D) o chefe de Secretaria é suspeito.
- (E) o assistente técnico é suspeito.

2. VUNESP - Proc M (V Paulista)/Pref V Paulista/2021
Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

A atividade jurisdicional deve ser revestida de publicidade por se tratar de exercício de poder público. Nesse panorama, os atos processuais devem ser públicos, todavia tramitam em segredo de justiça todos os processos

- (A) em que exista interesse difuso, envolvendo a demanda.
- (B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- (C) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à personalidade.
- (D) que tratem de arbitragem.
- (E) de inventário ou arrolamento.

3. VUNESP - Proc Ju (CM Serrana)/CM Serrana/2019
Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Assinale a alternativa correta sobre os atos das partes.

- (A) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais de vontade não produzem a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- (B) A desistência da ação só produzirá efeitos após aceitação da parte contrária.
- (C) É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, as quais o juiz mandará riscar, impondo a quem as escrever multa correspondente a um salário-mínimo.
- (D) Os atos das partes consistentes em declarações bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- (E) É permitido lançar nos autos cotas interlineares, porém, o juiz poderá pedir que risque e ordenará que apresente as mesmas em petição nos autos.

4. VUNESP - PJI (CM Sertãozinho)/CM Sertãozinho/2019

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Sobre o instituto denominado como calendário processual, assinale a alternativa correta.

- (A) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da homologação do juiz.
- (B) O calendário vincula as partes e não o juiz.
- (C) É indispensável a intimação das partes para a realização de audiência cuja data tiver sido designada no calendário.
- (D) O juiz fixará calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da concordância das partes.
- (E) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

5. VUNESP - PJI (CM Sertãozinho)/CM Sertãozinho/2019

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

A respeito dos pronunciamentos do juiz, é correto afirmar:

- (A) Decisão interlocutória é todo ato judicial de natureza decisória.
- (B) São despachos todas as manifestações do juiz praticadas no processo, de ofício ou a requerimento da parte.
- (C) Os atos meramente ordinatórios dependem de despacho, mas podem ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz, quando necessário.
- (D) É sentença o ato do juiz que, aplicando as hipóteses previstas nos artigos 485 e 487 do CPC, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum.
- (E) A decisão interlocutória é, em regra, a manifestação por meio da qual o juiz extingue a execução.

6. VUNESP - Adv (Pref Arujá)/Pref Arujá/2019

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Quanto aos atos e fatos processuais, pode-se afirmar que

- (A) os pronunciamentos do juiz consistem em sentenças, despachos, decisões interlocutórias e atos ordinatórios.
- (B) após o advento do processo eletrônico, é defeso utilizar taquigrafia ou estenotipia para o registro de atos processuais.
- (C) os atos processuais serão realizados em dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- (D) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 20 (vinte) horas do último dia do prazo.
- (E) independentemente de autorização judicial, as penhoras poderão ser realizadas em período de férias forenses.

7. VUNESP - Proc (Pref. Poá)/Pref Poá/2019

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

A publicidade dos atos processuais tem irrefutável relevância para o Estado Democrático de Direito, além de configurar garantia fundamental prevista na Constituição Federal. A respeito do tema, o Código de Processo Civil prevê que os atos processuais são públicos. Todavia, tramitam em segredo de justiça os processos

- (A) que versem sobre arbitragem, salvo no caso de cumprimento da carta arbitral.
- (B) em que o exija o interesse público ou social.
- (C) que versem sobre arbitragem, desde que a confidencialidade seja estipulada em instrumento público.
- (D) que versem sobre tributos e fiscalização.
- (E) que versem sobre filiação, desde que haja pedido das partes.

8. VUNESP - Proc Leg (CM Mauá)/CM Mauá/2019

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos

- (A) que versem sobre cumprimento da carta arbitral, ainda que não exista cláusula de confidencialidade na arbitragem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Sobre os Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) É incorreto afirmar-se que os direitos fundamentais são absolutos, uma vez que tanto outros direitos fundamentais como outros valores constitucionais podem limitá-los.

(B) A característica da universalidade dos direitos fundamentais está presente tanto no polo passivo quanto no polo ativo das relações jurídicas que permeiam um direito fundamental.

(C) Os direitos fundamentais, assim como os direitos humanos, estão consagrados expressamente em diplomas legislativos com base constitucional.

(D) A aplicabilidade dos direitos fundamentais coletivos depende da edição de normas reguladoras de relações jurídicas.

(E) A previsão constitucional de um determinado direito fundamental vincula automaticamente o Poder Executivo e o Poder Judiciário, mas não o Poder Legislativo.

2. VUNESP - IFR (Pref GRU)/Pref GRU/2019

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e, ainda, os

(A) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em sessão conjunta do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(B) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(D) direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

(E) direitos e as garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil venha a tomar parte.

3. VUNESP - Proc (Pref SBC)/Pref SBC/2018

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) Historicidade, universalidade, ilimitabilidade, irrenunciabilidade e imprescritibilidade são algumas das características dos direitos fundamentais.

(B) À aplicação dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares e o Poder Público dá-se o nome de eficácia externa ou objetiva dos direitos fundamentais.

(C) Segundo a teoria dos quatro status de Jellinek, no status positivo o indivíduo possui o poder de influenciar na formação da vontade do Estado, por meio do exercício dos direitos políticos.

(D) Por afrontar o direito à liberdade de expressão previsto na Constituição, é inconstitucional dispositivo que proíbe, no âmbito da programação das emissoras de radiodifusão comunitária, a prática de proselitismo.

(E) As entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

4. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2018
Assunto: Gerações de Direitos Fundamentais

Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

- (A) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- (B) são de titularidade coletiva.
- (C) tutelam a integridade física e moral.
- (D) consagram o princípio da isonomia.

5. VUNESP - ECLI (Pref Campinas)/Pref Campinas/2022
Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
(art. 5º da CF/1988)

Determinado hospital foi alvo de operação policial após suspeita de desvios de recursos públicos, por meio da aquisição de instrumentos médicos superfaturados e contratação sem licitação de empresa especializada em engenharia clínica. O diretor do hospital alegou à autoridade policial que os instrumentos eram importados, o que supostamente justificariam os altos custos e a contratação de mão de obra especializada. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) O hospital, enquanto pessoa jurídica que adquiriu o material, responde por eventuais irregularidades, sem repercussões criminais para seus dirigentes.
- (B) Os envolvidos no caso devem ser investigados, porém somente podem ser considerados como culpados após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- (C) O diretor do hospital pode ser submetido previamente a juízo de exceção para determinar seu afastamento do cargo.
- (D) O diretor do hospital, assim como outros envolvidos, deve ser submetido a julgamento pelo tribunal do júri.
- (E) A autoridade policial deve encerrar a investigação, mesmo sem concluí-la, haja vista que a prática não é criminosa porque já foi devidamente justificada.

6. VUNESP - GCM (P Itanhaém)/Pref Itanhaém/2019
Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
(art. 5º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, nos termos seguintes:

- (A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, decreto ou qualquer ato administrativo devidamente publicado.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato quando versar sobre publicação na imprensa.
- (D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo na hipótese de as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- (E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação civil, criminal, administrativa ou instrução processual penal.

7. VUNESP - GCM (Pref Serrana)/Pref Serrana/2018
Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
(art. 5º da CF/1988)

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando

- (A) a parte interessada requerer.
- (B) o Ministério Público ajuizar ação específica, requerendo a restrição.
- (C) o Delegado de Polícia representar pela restrição.
- (D) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (E) o juiz determinar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. VUNESP - Prom Jus (MPE RJ)/MPE RJ/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Hércules é empresário, diretor da empresa privada Deltóide Engenharia, que está sendo acusada de cometer ato de improbidade contra o patrimônio da Atenas S/C, entidade privada que recebe incentivo fiscal do poder público. Ísis, por sua vez, que é secretária executiva da Deltóide, está sendo acusada de ter induzido à prática da improbidade na celebração do convênio que teria gerado os danos aos cofres da Atenas. E, por fim, Labão, agente político, responsável pela intermediação do convênio, teria contribuído com os prejuízos por conduta omissiva na sua execução. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, alterada pela Lei no 14.230/2021), é correto afirmar que

(A) todos os envolvidos poderiam sofrer as penas da Lei de Improbidade, que se aplica a pessoas físicas e jurídicas, desde que tenham agido dolosamente, tanto por ação quanto por omissão, mas, na presente hipótese, não restou caracterizada a improbidade em razão de Atenas não ser entidade pública, que apenas recebe incentivo fiscal.

(B) Deltóide não poderá sofrer qualquer pena, uma vez que a lei de improbidade não se aplica à pessoa jurídica, mas Hércules se sujeitará às penas da Lei, independentemente de dolo ou culpa, enquanto Ísis e Labão ficarão sujeitos às penas da referida Lei, desde que tenham agido dolosamente.

(C) Ísis, por não ser agente público e nem a diretora da empresa, não será apenada pela Lei de Improbidade, enquanto Deltóide e Labão ficarão sujeitos às penas da Lei, mas Hércules somente responderá nos moldes da Lei se agiu com dolo ou culpa.

(D) a Lei de Improbidade não se aplica a Labão, por ser agente político e por não ter agido por meio de conduta comissiva, mas Deltóide ficará sujeita às penas da Lei, enquanto Ísis e Hércules somente poderão ser apenados na hipótese de terem agido dolosamente.

(E) a Lei de Improbidade se aplica à Deltóide, mas Hércules não responderá pelo mesmo ato de improbidade, salvo se houve sua comprovada participação e benefícios diretos, caso em que responderá no limite da sua participação, enquanto Ísis e Labão ficarão sujeitos às penas da Lei, se agiram dolosamente.

2. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

O advento da Lei Federal no 14.230, de 25 de outubro de 2021, alterou significativamente o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa no ordenamento jurídico pátrio. Acerca do seu conteúdo, assinale a alternativa correta.

(A) A comprovação do dolo, nos termos da lei, poderá ser presumida face ao resultado prático relativo à perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades descritas no art. 1º da Lei.

(B) A indisponibilidade de bens jamais poderá ser decretada sem a formação do contraditório, em virtude da incidência dos princípios do direito administrativo sancionador.

(C) Os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa não alcançam as entidades privadas, mesmo se estas, em sua constituição, tenham sido custeadas pelo erário.

(D) A nomeação ou indicação política por parte de agente competente não configura ato de improbidade administrativa a menos que se comprove o dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

3. VUNESP - Tec Leg (ALESP)/ALESP/Audio Painel/2022
Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Jerônimo, agente público estadual, recebeu dinheiro de Eufrânio para fazer declaração falsa sobre dados técnicos de obra pública, objeto do contrato administrativo firmado entre a Empresa ABC, da qual Eufrânio é cotista, e o Estado "X". Jonas, superior hierárquico de Jerônimo, toma conhecimento do fato, mas este último falece antes da adoção de qualquer medida. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta, à luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92).

- (A) Eufrânio não se submeterá às cominações da Lei de Improbidade Administrativa caso tenha sofrido sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas, previstas na legislação específica.
- (B) Jonas, a autoridade que conheceu dos fatos, tem o dever de representar ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- (C) Eufrânio não se submete às consequências jurídicas da Lei de Improbidade porque não integra o rol de agentes públicos, embora possa ser punido por outros meios legalmente previstos.
- (D) Jerônimo praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, razão pela qual seus herdeiros estão sujeitos à obrigação de reparar integralmente o dano.
- (E) Embora Jerônimo tenha praticado ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, a obrigação de reparar os danos não se transmite aos herdeiros.

4. VUNESP - Ana Leg (ALESP)/ALESP/"Sem Área"/2022
Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Para os fins da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), é considerado agente público e, portanto, pode responder pessoalmente pela prática de atos de improbidade administrativa:

- (A) advogado contratado por concessionária de serviço público para defesa em ações movidas por usuários do serviço.
- (B) Guarda Civil Municipal.
- (C) colaborador de associação sem fins econômicos que não celebra parceria com a Administração Pública.
- (D) prestador de serviço de empresa contratada pela Administração Pública para entrega imediata de material de escritório.
- (E) herdeiro de fundação instituída pelo poder público.

5. VUNESP - Ana Leg (ALESP)/ALESP/Administrador de Banco de Dados/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

A Lei de Improbidade Administrativa foi um importante marco para a transparência e melhoria da governança na Administração Pública Brasileira. Recentemente, porém, o texto original vinha sofrendo críticas em relação à sua forma de aplicação, sob a premissa de que haveria excesso de rigor em relação a condutas não dolosas de administradores públicos, resultando na baixa atratividade da função pública entre profissionais capacitados. Nesse contexto, é correto afirmar com base na Lei nº 8.429/1992 que

- (A) não se sujeita às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.
- (B) os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (C) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ainda não pacificada que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (D) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- (E) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1. VUNESP - Eng (Pref Taubaté)/Pref Taubaté/Segurança do Trabalho/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

O sistema de gotejamento de uma planta libera certa quantidade de água a cada 2,4 horas e certa quantidade de nutrientes a cada 12,6 horas. Se o sistema foi acionado com o primeiro gotejamento simultâneo de água e nutrientes às 0h00 do dia 10 de outubro, o próximo gotejamento simultâneo ocorrerá no dia

- (A) 11 de outubro, às 04h48.
- (B) 11 de outubro, às 14h24.
- (C) 11 de outubro, às 21h36.
- (D) 12 de outubro, às 02h24.
- (E) 12 de outubro, às 02h36.

2. VUNESP - Adm (Docas PB)/Docas PB/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Três classes de uma escola pretendem visitar o museu da cidade. Para organizar essa visita, o diretor do museu pediu para que os alunos fossem divididos em grupos com um mesmo número de alunos e sempre com alunos de uma mesma classe. O diretor também quer que esse número de alunos seja o maior possível. O número de alunos de cada classe é, respectivamente, 26, 39 e 52. Com esses dados em mãos e supondo que cada grupo gaste 40 minutos na visita, o diretor estimou que o tempo necessário, em horas, para que todos visitem o museu será de, pelo menos,

- (A) 9.
- (B) 8.
- (C) 7.
- (D) 6.
- (E) 5.

3. VUNESP - APGO (Pref Jundiaí)/Pref Jundiaí/Administração/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Dois máquinas foram programadas para soarem um alarme a cada período trabalhado: uma delas soa o alarme a cada 50 minutos trabalhados, e a outra, a cada uma hora e meia trabalhada. Supondo-se que, em determinado dia, as duas máquinas iniciaram seus trabalhos às 8h 30 min, a primeira vez em que ambas soaram os alarmes, ao mesmo tempo, foi às

- (A) 16h 00 min.
- (B) 15h 30 min.
- (C) 15h 00 min.
- (D) 14h 30 min.
- (E) 14h 00 min.

4. VUNESP - ECLI (Pref Campinas)/Pref Campinas/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Uma máquina recebe manutenção de 3 especialistas diferentes. Um dos especialistas realiza sua manutenção a cada 4 dias, outro a cada 12 dias e o terceiro a cada 27 dias. Se no dia 1 de abril de determinado ano esses 3 especialistas realizaram a manutenção nessa máquina, a próxima vez, nesse mesmo ano, em que os 3 especialistas realizaram a manutenção no mesmo dia foi

- (A) 30 de julho.
- (B) 18 de julho.
- (C) 4 de agosto.
- (D) 20 de agosto.
- (E) 16 de setembro.

5. VUNESP - Prof (Campinas)/Pref Campinas/Adjunto II/Matemática/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Um parque possui duas entradas e, durante o dia, 4 seguranças fazem caminhos diferentes pelo parque, que vão de uma entrada a outra, e cada caminho possui 700 m de extensão. Esses seguranças vão de uma entrada a outra e depois voltam, ininterruptamente e levando cada um o mesmo tempo, tanto na ida quanto na volta. Os tempos para ir de uma entrada a outra de cada segurança são, respectivamente, 8 min, 12 min, 16 min e 18 min. Nessas condições, se os 4 seguranças partirem ao mesmo tempo de uma mesma entrada do parque, na próxima vez em que os 4 chegarem ao mesmo tempo em uma mesma entrada, o segurança que menos caminhou terá percorrido uma distância total igual a

- (A) 11,2 km.
- (B) 6,3 km.
- (C) 5,6 km.
- (D) 4,9 km.
- (E) 9,8 km.

6. VUNESP - Ag (Pref Sorocaba)/Pref Sorocaba/Vigilância Sanitária I/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Um paciente fez uma cirurgia dentária e precisa de muitos cuidados. A cada 3 horas ele precisa colocar gelo no local da cirurgia, a cada 4 horas precisa fazer um bochecho com água destilada, a cada 6 horas precisa tomar um antibiótico e a cada 8 horas precisa tomar um anti-inflamatório.

Assim que chegou em casa, às 10 horas, ele fez os 4 procedimentos, ele voltará a fazer os 4 procedimentos, simultaneamente, novamente às

- (A) 21h00 do mesmo dia.
- (B) 24h00 do mesmo dia.
- (C) 04h00 do dia seguinte.
- (D) 07h00 do dia seguinte.
- (E) 10h00 do dia seguinte.

7. VUNESP - ASis (Pref Sorocaba)/Pref Sorocaba/2022
Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Duas cordas, uma com 180 m de comprimento e outra com 240 m, precisam ser divididas em pedaços, todos com o mesmo comprimento.

Se esse comprimento tem que ser o maior possível, e nenhum pedaço de corda poderá sobrar, então o número total de pedaços de corda que serão obtidos é igual a

- (A) 10.
- (B) 9.
- (C) 8.
- (D) 7.
- (E) 6.

8. VUNESP - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2021

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Um programa de entrevistas é apresentado simultaneamente na TV aberta e por uma plataforma de vídeos, via internet. Devido a essa estratégia, os responsáveis pelo programa vendem tempos distintos de propagandas para serem veiculadas na TV aberta ou na internet, nos intervalos desse programa. Esses intervalos sempre têm mais de 2 minutos de duração, sendo que o programa é retomado simultaneamente nos dois formatos de transmissão, sem a interrupção de anúncios.

As propagandas vendidas para serem veiculadas na internet possuem 15 segundos de duração, enquanto que as da TV aberta possuem 25 segundos de duração. Assim sendo, o tempo mínimo de duração dos intervalos desse programa é de

- (A) 3 minutos e 45 segundos.
- (B) 2 minutos e 30 segundos.
- (C) 3 minutos.
- (D) 3 minutos e 15 segundos.
- (E) 2 minutos e 50 segundos.

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1. VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Windows 10

Diversos sistemas operacionais, como o Windows 10, possuem o recurso Área de Transferência.

Nesse sistema operacional, o usuário pode fixar um item na Área de Transferência, ação que

(A) o torna o único item da Área de Transferência, não permitindo a inclusão de novos itens até que a fixação seja removida.

(B) cria uma tecla de atalho para o item fixado.

(C) provoca o seu compartilhamento em nuvem, permitindo a sua cópia a um outro computador.

(D) determina o tamanho máximo que ele poderá ocupar.

(E) impede que ele seja removido do histórico da Área de Transferência para dar espaço a novos itens.

2. VUNESP - Med Leg (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Windows 10

No Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um usuário abriu a pasta C:\2022 e pressionou as teclas CTRL+V. Logo em seguida, o arquivo Tarefas.txt foi criado nessa pasta. Isso significa que este arquivo foi previamente copiado para a Área de Transferência através das teclas

(A) CTRL+C

(B) CTRL+A

(C) ALT+TAB

(D) CTRL+ESC

(E) ALT+SHIFT

3. VUNESP - Ag STec (Campinas)/Pref Campinas/2022

Assunto: Windows 10

O Windows 10 possui, dentre os recursos de facilidade de acesso, um que permite ampliar os itens na tela, bem como inverter suas cores e acompanhar o cursor do *mouse*. Esse recurso é denominado

(A) lupa.

(B) narrador.

(C) ampliador.

(D) alto contraste.

(E) acessibilidade.

4. VUNESP - Ag Fis (Piracicaba)/Pref Piracicaba/Rendas/2022
Assunto: Windows 10



Observe a figura a seguir extraída da tela de um computador em que o seu usuário manipula pastas e arquivos no MS-Windows 2010.

Considerando esse contexto, quando o usuário dá apenas um clique na pequena seta apontada para cima ao lado da estrutura de arquivos exibida, o efeito causado sobre o explorador de arquivos é:

- (A) exibido o conteúdo do arquivo Excel Corretor_1.
- (B) exibida a última versão do arquivo Corretor_1.
- (C) exibido o conteúdo da pasta Região A.
- (D) o arquivo Corretor_1 é salvo automaticamente.
- (E) exibido o conteúdo da pasta Simulações.

5. VUNESP - Ass Prev (IPSM SJC)/IPSM SJC/2022
Assunto: Windows 10

Assinale a alternativa que contém a sequência de ícones do Windows 10, em sua configuração padrão, acionados a partir do Menu Iniciar, para acessar a opção que habilita ou desabilita o Histórico da área de transferência.

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. VUNESP - Tec Leg (CMSJC)/CM SJC/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Ana, Bia e João possuem, cada um, uma única formação, e das quatro afirmações seguintes sobre suas especialidades, uma afirmação é falsa e as outras três verdadeiras.

- Ana é engenheira e João é químico.
- Se João é químico, então Bia não é geógrafa.
- Bia é geógrafa ou Ana é engenheira. • João é químico.

Em relação às especialidades dessas pessoas, é correto afirmar que

- (A) Ana não é engenheira e João é químico.
- (B) Ana é engenheira e Bia não é geógrafa.
- (C) Bia é geógrafa e Ana é engenheira.
- (D) Bia não é geógrafa ou João não é químico.
- (E) Ou João é químico ou Ana é engenheira.

2. VUNESP - Ass Adm (Docas PB)/Docas PB/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos:

- I. A caneta é preta ou o lápis não é azul. VERDADE.
- II. Se a régua é branca, então a caneta é preta. FALSIDADE.
- III. O caderno não é amarelo e o bloco de notas não é rosa. FALSIDADE.
- IV. Se o cartão é verde, então o caderno é amarelo. FALSIDADE.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) O cartão não é verde.
- (B) A caneta é preta.
- (C) A régua não é branca.
- (D) O bloco de notas é rosa.
- (E) O caderno é amarelo.

3. VUNESP - Adm (Docas PB)/Docas PB/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Se Carlos é mais novo que Helena, então Maria é estudante. Se Amanda trabalha com Ricardo, então José tem 30 anos. Sabe-se que Carlos é mais novo que Helena ou Amanda trabalha com Ricardo. Logo, conclui-se, corretamente, que

- (A) Maria é estudante.
- (B) José tem 30 anos.
- (C) Se Maria é estudante, então José tem 30 anos.
- (D) Maria é estudante e José tem 30 anos.
- (E) José tem 30 anos ou Maria é estudante.

4. VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere as afirmações:

- I. Se Ana é delegada, então Bruno é escrivão.
 - II. Se Carlos é investigador, então Bruno não é escrivão.
 - III. Se Denise é papiloscopista, então Eliane é perita criminal.
 - IV. Se Eliane é perita criminal, então Carlos é investigador.
 - V. Denise é papiloscopista.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) Carlos não é investigador e Ana é delegada.
 - (B) Ana não é delegada ou Bruno é escrivão.
 - (C) Bruno é escrivão ou Eliane não é perita criminal.
 - (D) Eliane não é perita criminal e Carlos é investigador.
 - (E) Se Denise é papiloscopista, então Ana é delegada.

5. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Os irmãos Alex, Breno e Caio, quando saem todos juntos, seguem as seguintes regras:

- Se Alex sai de tênis, Breno também sai de tênis;
- Alex ou Caio usam óculos escuro;
- Breno e Caio usam camisas de cores diferentes;

• Se Breno sai de tênis ou Caio usa óculos escuro, então Alex usa camisa preta.

Hoje esses três irmãos saíram juntos e Alex não usou camisa preta, logo é correto afirmar que

- (A) Breno não usou óculos escuro.
- (B) Caio ou Breno usaram camisa preta.
- (C) Alex e Breno estavam de tênis.
- (D) Caio não estava de tênis.
- (E) Alex usou óculos escuro.

6. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Se há previsão de chuva, então Aline vai ao teatro. Se Aline está de guarda-chuva, então não há previsão de chuva.

No dia de hoje, houve previsão de chuva, portanto,

- (A) se Aline estava de guarda-chuva, então ela foi ao teatro.
- (B) se Aline estava de guarda-chuva, então ela não foi ao teatro.
- (C) Aline foi ao teatro sem guarda-chuva.
- (D) Aline foi ao teatro de guarda-chuva.
- (E) se Aline foi ao teatro, então ela estava de guarda-chuva.

7. VUNESP - ASJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere falsa a proposição “Se João é engenheiro, então José é juiz e Pedro é advogado”. Do ponto de vista do raciocínio lógico, é necessariamente verdadeiro:

- (A) José não é juiz.
- (B) João é engenheiro.
- (C) João não é engenheiro.
- (D) José é juiz.
- (E) Pedro não é advogado.

8. VUNESP - ASJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Se Cristiano está fazendo este concurso ou Valéria é funcionária pública, então Cristiano estudou ou Valéria tem curso superior completo. Se Cristiano estudou, então Mirian não é advogada. Se Valéria tem curso superior completo, então ela prestou algum vestibular.

Sabendo que Valéria nunca prestou vestibular e que Mirian é advogada, conclui-se, corretamente, que

- (A) Valéria não tem curso superior completo e é funcionária pública.
- (B) Cristiano não estudou e está fazendo esse concurso.
- (C) Cristiano estudou ou Valéria é funcionária pública.
- (D) Se Valéria não é funcionária pública, então Cristiano estudou.
- (E) Cristiano não está fazendo esse concurso e Valéria não é funcionária pública.

9. VUNESP - ASis (Pref Sorocaba)/Pref Sorocaba/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere as seguintes premissas:

- I. Se Cristiane não é advogada, então Mário não é policial.
- II. Se Mario é policial, então Paula é juíza.
- III. Se Paula não é juíza, então Hugo é piloto de avião.
- IV. Hugo não é piloto de avião.

Deduz-se corretamente das premissas apresentadas que

- (A) Mário é policial.
- (B) Mário não é policial.
- (C) Paula é juíza.
- (D) Paula não é juíza.
- (E) Cristiane é advogada.

10. VUNESP - Esc (Pres Prudente)/Pref Pres Prudente/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere verdadeiras as afirmações:

- I. Aldo é francês ou Bianca é colombiana.
- II. Se Cleto não é equatoriano, então Daniela é chilena.
- III. Se Cleto é equatoriano, então Aldo não é francês
- IV. Daniela não é chilena.
- V. Se Elena é paraguaia, então Bianca não é colombiana.

Nesta questão é possível concluir se cada pessoa “é” ou “não é” detentora de determinada nacionalidade. Portanto, é correto afirmar que o número dessas pessoas que “não é” detentora da nacionalidade associada ao seu nome é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.